

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE PESCADO

Data: 13/04/99

Local: Auditório do ICA – Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Presentes: José Ciaglia, Otávio R. Maghelly (substituindo Adauto Luiz Lopes), Flávia Ferreira de Castro, Jiro Yamada, José Deodato da Silva, José Maurício Costa Porto, Milton da Silva Lamas, Tsuneo Okida, Newton Rafael Gonçalves, Davi Rogério de Moura Costa e os convidados João D. Scorvo Filho e Claudio Freitas Filho. Estava presente ainda Rosana de O. Pithan e Silva.

Pauta da reunião:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Aprovação do artigo 2º do Regimento Interno;
3. Apresentação de novos membros da C. Setorial;
4. Apresentação do levantamento feito pelo segmento industrial;
5. Apresentação do estudo sobre o Entrepasto de Pesca;
6. Apresentação do Código de Pesca em estudo;
7. Assuntos diversos.

Tópicos discutidos:

1. A ata foi aprovada sem alterações.
2. Foi sugerido que o artigo 2º tivesse a seguinte redação: «Terá com objetivo o apoio à concepção, à formulação e à execução de políticas dirigidas ao fortalecimento e aumento da competitividade da cadeia produtiva.» Foi definido que cópia do regimento interno será enviada a todos os membros da C.S., junto com a convocação da próxima reunião. O sr. José Ciaglia insistiu na representatividade legítima e legal dos membros. Lembrou que o setor de aquicultura não tem participado ultimamente, salientando a necessidade de se detectar cooperativas e associações que possam participar da C.S.. A OCESP e o sr. João Scorvo deverão indicar nomes da área de aquicultura à secretária executiva da C.S..
3. Foram apresentados os novos membros da Câmara Setorial. Informou-se que a ABRAq já se manifestou seu interesse em participar da C.S. e indicou um nome que deverá se integrar à Câmara na próxima reunião..
4. Apenas a Associação Nacional dos Fabricantes de Rações – ANFAR, trouxe o levantamento do segmento industrial o que prejudicou a discussão do assunto. Foi pedido ao sr. José Maurício que fizesse um estudo das indústrias, levantando o que precisa ser feito, se é necessário reativar algo e, principalmente, o que isso implicaria em novos empregos. Este estudo pronto seria encaminhado, ao sr. Secretário, propondo o que é preciso fazer para reerguer a pesca e a aquicultura. O trabalho deverá ser elaborado juntamente com o sr. José Carcelles, que havia sugerido o levantamento e ficado responsável em fazê-lo.
5. Houve reunião com alguns membros da C.S. onde foi sugerida a formação de um colegiado com entidades da atividade pesqueira que faria uma cartilha de como o entreposto deveria funcionar. Ficaria como sugestão que quem tivesse interesse na exploração do entreposto teria que seguir esta cartilha e deveria fazer um projeto que seria encaminhado ao governo. O sr. Okida encaminhou à C.S. cópia do documento do poder judiciário rescindindo o contrato do Entrepasto de Pesca. Foi colocado que o primeiro passo seria a retomada do imóvel pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, já que o terreno é seu e então, se estudaria como poderia esta poderia ser passado às entidades. O sr. João Scorvo lembrou que o

imóvel está sobre a guarda do Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAA. Ficou decidido que, como sugestão, será encaminhado um documento único que terá a assinatura das entidades.

6. Em relação ao Código de Pesca, o sr. José Ciaglia pediu a todos que lessem o material distribuído, que é um anteprojeto que ainda está tramitando no Poder Legislativo, pedindo atenção e sugestões para os itens que estão sombreados, que seriam os que ainda estão em discussão, para que se encaminhe sugestão ao MAA. Informou-se que o processo está parado há cerca de um ano e não se sabe se está no IBAMA ou no Departamento de Pesca e Aquicultura.
7. Nos assuntos diversos foi informado o encaminhamento dos dois ofícios sugeridos: um em relação a extensão da isenção do ICMS aos equipamentos usados na atividade pesqueira e outro em relação ao encaminhamento feito pela FAESP, em relação à Lei 9.989/98. O sr. José Ciaglia informou que recebeu um pedido do Instituto Biológico para que a Câmara Setorial de Pescado informasse sobre sua demanda, e que devido ao curto prazo dado, ele já havia respondido. Informou que quanto ao prazo para o pagamento dos registros das importações a portaria do MAA de 20/03/99 estabeleceu os preços e em 29/04/99 prorrogou o prazo para regularização da situação, até 30/06/99), mas que o IBAMA não aceitou este prazo e diz que encerra em 15/04/99. Segundo a Polícia Florestal, ela seguirá a determinação do MAA. A Comissão Técnica de Recursos Pesqueiros pediu à C.S. que estudasse seu parecer dado sobre as proibições da pesca de arrasto no ESP para ser encaminhado à Procuradoria da República. Há consenso que o arrasto seja feito há pelo menos meia milha, pois menos que isso afetaria a preservação das espécies. O sr. Okida sugeriu que deve constar que sejam feitos recifes artificiais. O sr. Milton Lamas sugeriu que se avaliasse se essa meia milha também não é predatória e que as colônias avaliassem a possibilidade de financiar, aos poucos a troca das pequenas embarcações por grandes, para que não mais houvesse arrasto na meia milha. Como no documento da Comissão Técnica não há nenhuma menção à milhagem, sugeriu-se fazer um documento que coloque esta questão.

Pendências: Encaminhamento de novos membros para a C.S. na área de aquicultura. Elaboração, pelo Sr. José Maurício e sr. José Carcelles de um estudo junto ao segmento industrial para avaliar necessidades. Encaminhamento de documento para propostas para o Entrepósito de Pesca. Resposta ao Instituto de Pesca sobre a pesca de arrasto a pelo menos meia milha.

Pauta da próxima reunião: A ser definida.

Data, local e horário da próxima reunião: A ser definido.

São Paulo, 13 de abril de 1999

José Ciaglia
Presidente

Rosana de O. Pithan e Silva
Secretária Executiva